

EDITAL n.º 464/2023

Seleção pública de acadêmicos de **PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO** de instituições de ensino devidamente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela [Lei Federal nº 11.788/2008](#), pela [Resolução CNMP nº 42/2009](#) e pela [Resolução PGI nº 48/2021](#), torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de pós-graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser bacharel em Direito;
 - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
 - c) ser estudante de curso de pós-graduação com temática afeta à área temática escolhida;
 - d) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da manhã;
 - e) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
 - f) não possuir inscrição ativa nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;
 - g) não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
3. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/controle-de-convocacoes.shtml.

II - DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de uma vaga na Promotoria de Justiça da comarca de Rio Casca e à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.
 - 2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à provável causa da

deficiência, e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O candidato com deficiência poderá requerer, fundamentadamente, no ato da inscrição, juntando laudo médico expedido no prazo máximo de 3 (três) meses antes do término das inscrições, majoração do tempo ou outra condição necessária para a sua realização da prova.

2.4. A solicitação de majoração do tempo ou de outra condição necessária para a realização da prova será avaliada pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (DPMSO), levando-se em conta o grau de dificuldade alegado em razão da deficiência.

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4., o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
- b) o sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
- c) na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III - DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

- a) a realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
- b) o recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais);
- c) a concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por dia estagiado presencialmente;
- d) a concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- e) o recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a [Resolução PGJ nº 48/2021](#) e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/jRXvdBdrcT>, no período de 29 de junho a 14 de julho de 2023.

3.1. O candidato receberá a confirmação de inscrição, por *e-mail*, logo após o preenchimento do formulário eletrônico.

4. É de responsabilidade do candidato informar corretamente os dados pessoais e escolares.

5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.

6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.

7. Caso haja alteração de e-mail, telefone ou dados curriculares informados no ato de inscrição, é de responsabilidade do candidato mantê-los atualizados mediante o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, para viabilizar os contatos necessários.

8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V - DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo de seleção compreenderá uma primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, composta por análise curricular; segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, composta por prova discursiva (duas questões); e, terceira etapa, de caráter classificatório, composta por entrevista.

2. A avaliação será feita com base nas informações e documentos apresentados pelos candidatos e obedecerá aos seguintes parâmetros:

- I. avaliação da faculdade, conforme conceito no MEC - 20 pontos
- II. média global de notas em matéria de Direito Penal e Direito Processual Penal - 100 pontos
- III. experiências prévias com a área criminal (mínimo: um ano) - 25 pontos cada
- IV. experiências prévias com a área criminal (de seis meses a um ano) - 10 pontos cada
- V. experiências prévia com a área jurídica não criminal (mínimo: seis meses) - 5 pontos cada.

3. O candidato deverá encaminhar ao e-mail pjriocasca@mpmg.mp.br, até o dia 19/07/2023, o currículo atualizado, com todas as informações de enquadramento nos parâmetros definidos no segundo item desta cláusula.

4. Poderá ser requerido do candidato a apresentação de documentação comprobatória relacionada ao informado no currículo.

4.1. Quando requerido, o candidato deverá encaminhar a documentação ao e-mail pjriocasca@mpmg.mp.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

5. Será excluído do exame o candidato que:

- a) não encaminhar o currículo atualizado, nos termos do item 3 desta cláusula;
- b) não apresentar tempestivamente qualquer documentação exigida no item 4.1 desta cláusula;
- c) apresentar informação falsa ou documentação adulterada.

5. O conteúdo programático da primeira etapa envolve os seguintes temas:

1.1. DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Dos princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil. 2. Dos direitos e garantias fundamentais. 3. Da organização do estado brasileiro. 4. Da organização dos poderes. 5. Do Ministério Público.

1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Princípios da administração pública. 2. Administração Pública Direta e Indireta. 3. Poderes da administração pública. 4. Atos administrativos. 5. Licitação e Contratos administrativos 6. Servidores públicos 7. Serviços públicos 8. Bens públicos.

1.3. DIREITO PENAL: 1. Conceito analítico de crime. 2. Fato típico e seus elementos. 3. Ilícitude e seus elementos. 4. Culpabilidade e seus elementos. 5. Consumação e tentativa. 6. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, crime impossível, erro de tipo e erro de proibição. 7. Concurso de pessoas. 8. Das penas e das medidas de segurança. 9. Concurso de crimes. 10. Livramento condicional e suspensão

condicional da pena. 11. Extinção da punibilidade. 12. Crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado e violação de domicílio). 13. Crimes contra o patrimônio (furto, roubo e extorsão, dano, apropriação indébita, estelionato e receptação). 14. Crimes contra a dignidade sexual (estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores e ato obsceno). 15. Crimes contra a fé pública (falsificação de documento público e de documento particular, falsidade ideológica, uso de documento falso, falsa identidade, adulteração de sinal identificador de veículo automotor). 16. Crimes contra a administração pública (peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, prevaricação, violação de sigilo funcional, resistência, desobediência, desacato, corrupção ativa, denúncia caluniosa, falso testemunho ou falsa perícia, coação no curso do processo). 17. Aspectos penais dos seguintes textos normativos: Lei 8.069/1990; Lei 8.072/1990; Lei 9.099/1995; Lei 9.503/1997; Lei 9.605/1998; Lei 10.741/2003; Lei 10.826/2003; Lei 11.340/2006; Lei 11.343/2006;

1.4 DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Inquérito policial. 2. Ação penal. 3. Jurisdição e competência. 4. Questões e procedimentos incidentes. 5. Sujeitos processuais. 6. Provas. 7. Prisão, liberdade provisória e medidas cautelares. 8. Prazos processuais. 9. Sentença e provimentos judiciais. 10. Coisa julgada. 11. Processo e procedimentos em espécie. 12. Nulidades. 13. Recursos. 14. Execução penal 15. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Lei 7.960/1989; Lei 8.069/1990; Lei 8.072/1990; Leis 9.099/1995; Lei 9.503/1997; Lei 9.605/1998; Lei 10.741/2003; Lei 10.826/2003; Lei 11.340/2006; Lei 11.343/2006.

1.5. DIREITO CIVIL: 1. Das pessoas naturais. 2. Das pessoas jurídicas. 3. Da personalidade e da capacidade. 4. Do domicílio. 5. Dos bens. 6. Dos fatos, atos e negócios jurídicos. 7. Dos defeitos dos atos jurídicos. 8. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova. 9. Dos atos ilícitos. 10. Da prescrição e da decadência 11. Da responsabilidade civil. 12. Da posse. 13. Dos direitos reais. 14. Do direito de família 15. Do direito das sucessões.

1.6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. 2. Da jurisdição e ação. 3. Da competência. Da modificação da competência. Da Incompetência. 4. Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Dos deveres. Da responsabilidade das Partes. Da sucessão das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. 5. Do Juiz e dos auxiliares da justiça. Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz. Dos impedimentos e da suspeição. 6. Do Ministério Público 7. Dos atos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Dos Prazos. Da comunicação dos atos processuais. Das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. 8. Da tutela provisória. Das disposições gerais. Da tutela de urgência. Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Da tutela de evidência. 9. Da formação, suspensão e extinção do processo. 10. Do Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Da petição inicial. Da contestação. Da reconvenção. Da revelia. Das providências preliminares e do saneamento. Do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Da sentença e da coisa julgada. Do cumprimento da sentença. 11. Dos procedimentos especiais. Do inventário e da partilha. Dos embargos de terceiro. Das ações de família. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Das disposições gerais. Da alienação judicial. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio. Dos testamentos e codicilos. Da interdição. Das disposições comuns à tutela e à curatela. 12. Do processo de execução. 13. Dos recursos. Da apelação. Do agravo de instrumento. Dos embargos de declaração. 14. Lei n.º 5.478/68. 15. Lei n.º 8.560/1992.

1.7. DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL COLETIVO: 1. Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). 2. Lei de Ação Popular (Lei nº 4.717/1965). 3. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). 4. Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo (Lei nº 12.016/2009). 5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). 6. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). 7. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). 8. Lei de Proteção às Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989). 9. Código Florestal (Lei 12.651/2012). 10. Lei da Saúde (Lei 8.080/90). 11. Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/79).

6. A segunda etapa será realizada no dia 28 de julho de 2023, às 9 horas, com duração de 3 (três) horas, no endereço: Prova virtual, via teams. Será disponibilizado link com pelo menos 24h de antecedência.

7. Não será permitido consulta.

8. O candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

9. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que se apresentar após o horário de início.

10. Será excluído do exame o candidato que:

d) se negar a ser identificado, nos termos do item 8 deste capítulo;

e) se identificar na folha de respostas;

f) se retirar do recinto durante a realização da prova sem a devida autorização;

g) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoa estranha, por escrito ou por qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizado;

h) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

i) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

11. Será atribuída à segunda etapa a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

12. Avançarão à terceira etapa os candidatos que os candidatos que obtiverem 50 % da pontuação atribuída à segunda etapa.

13. A terceira etapa consistirá de uma entrevista, onde serão avaliados os seguintes critérios: Postura, interesse, capacidade de articulação de ideias e de resolução de problemas, vivência profissional, potencial de trabalho em equipe.

14. A terceira etapa será realizada no dia 3 de agosto de 2023, às 9 horas, Prova virtual, via teams. Será disponibilizado link com pelo menos 24h de antecedência.

15. Será atribuída à terceira etapa a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. A escrita será avaliada de acordo com as regras da Língua Portuguesa.

2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos distribuídos.
3. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, os quais serão nomeados em estrita observância a essa ordem.
4. Em caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato com maior idade, considerado o ano, o mês e o dia de nascimento.
5. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal e no Diário Oficial do MPMG.

VII - DOS RECURSOS

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, por meio do formulário disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/pw4w1L3aKx>, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação.
2. O recurso será encaminhado para apreciação do avaliador, com cópia para o *e-mail* do candidato.
3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.
4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.
2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.
3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
 - a) aceitar a vaga ofertada;
 - b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
 - c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.
5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no capítulo II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.

7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. A relação de documentos necessários para nomeação, conforme Resolução PGJ nº 48/2021, bem como as diretrizes necessárias para o devido encaminhamento, serão informadas no momento da convocação.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou na convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 3330-9996.

2. Para esclarecimento de dúvidas referentes à realização da prova, incluindo a correção e o resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* pjriocasca@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 98439-3779.

3. O prazo de validade desta seleção pública é de 2 (dois) anos, contado da data da publicação do resultado final da seleção.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.

5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2023

Elaine Martins Parise
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Ana Paula Lima da Silva
Promotora de Justiça
Responsável pelo Exame de Seleção Pública